



Trabalho Final de Graduação III

Requalificação de um Bem Histórico: O Cemitério Japonês de Álvares Machado - SP

Orientador: Rogério Quintanilha

Co-orientador: Hélio Hirao

Discente: Fabrizio Lucas Rosatti 129498-9

Março 2015



“ A beleza está no silêncio, no silêncio que não é ausência de ritmo, mas uma intensa concentração de energia, como potencialidade; nos movimentos das coisas imóveis, na energia dos espaços vazios, no significado das coisas ausentes; na presença das coisas que poderão surgir a qualquer momento. A arte japonesa desenvolveu uma densidade, um poder de concentração que atingiu um estágio em que, com um único traço, se cria uma paisagem, em que o carvão cria mais cores que as próprias cores, em que o silêncio fala mais que os sons e um poema de dezessete sílabas fala mais que os sons e um poema de dezessete sílabas pode expressar o mundo”

Katsuko Nakano

Prof. Dra. Do Instituto de Artes da UFRGS.

SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	6
2. O CEMITÉRIO JAPONÊS DE ÁLVARES MACHADO	11
3. O PROJETO	26
4. REFERÊNCIAS PROJETOAIS	44
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
6. BIBLIOGRAFIA	53

RESUMO

O Cemitério Japonês de Álvares Machado – SP, marco histórico, cultural e simbólico, tombado pelo CONDEPHAAT, foi uma obra que surgiu diante da necessidade dos imigrantes japoneses que desbravaram a área e a colonizaram, ao qual dedicaram suas vidas, contribuindo enormemente para o povoamento e desenvolvimento do local. A chegada dos primeiro colonos japoneses coincide com o início do povoamento da porção sudoeste paulista, fato que foi impulsionado pela chegada da Estrada de Ferro Sorocabana à região. Passados mais de 90 anos, o sítio histórico apresenta boa conservação, no entanto há diversas ameaças à integridade física que urgem serem estudadas e sanadas. O presente trabalho visa levantar essas questões e propor soluções, tendo em vista a legislação, as recomendações de órgãos nacionais e internacionais de preservação de bens culturais, tais como UNESCO, ICOMOS, IPHAN, CONDEPHAAT e também através de pesquisa bibliográfica. Há também a proposta de intervenção arquitetônica, com o intuito de oferecer infraestrutura para recepção de visitantes, principalmente durante o evento anual do Shokonsai e a visita dos familiares que ali estão enterrados; oferecer novos usos para o local, de modo a ser ocupado e utilizado permanentemente, favorecendo a manutenção e ampliando a mensagem cultural, simbólica e da memória coletiva do local.

Palavras-chave: Álvares Machado, Cemitério Japonês, Intervenção Arquitetônica, Preservação, Restauração.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Cemitério Japonês de Álvares Machado surge com a chegada de um grande contingente de colonos japoneses a uma área conhecida como Brejão, no município de Álvares Machado – SP, situado na região administrativa de Presidente Prudente – SP, em 1916.

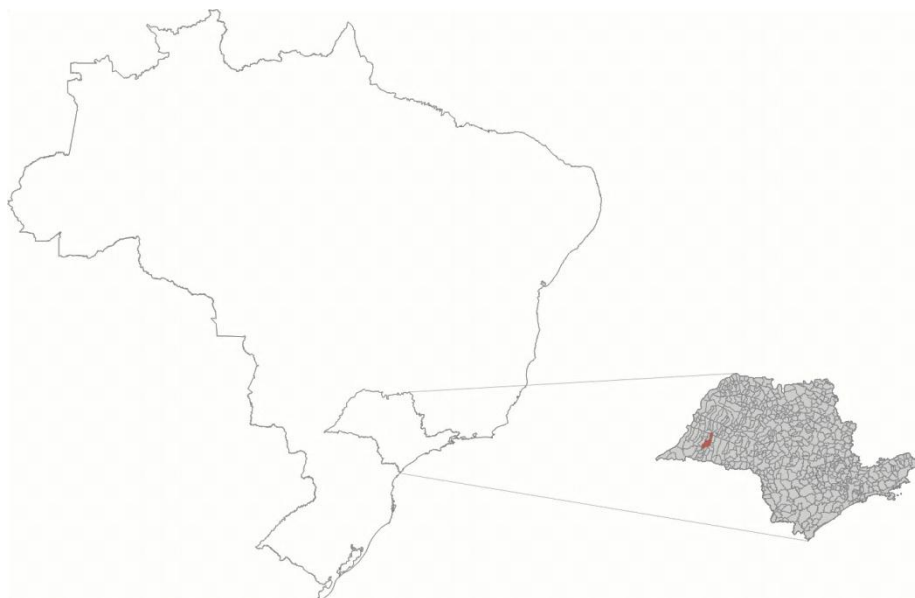


Figura 01 – Localização do Município de Álvares Machado e Presidente Prudente. Fonte: IBGE.

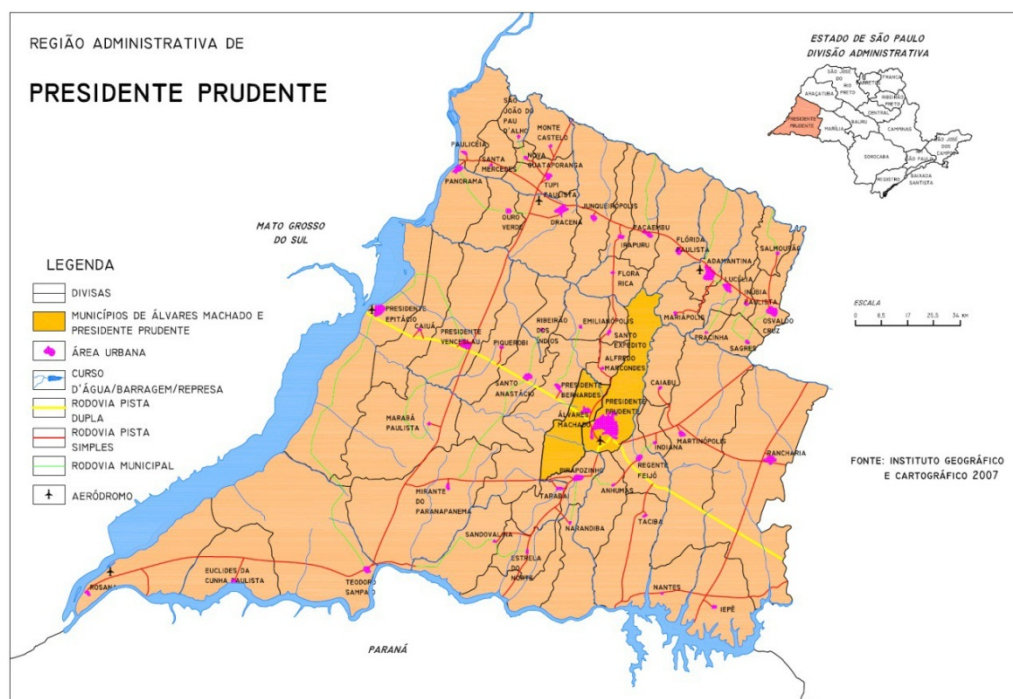


Figura 02 – Região administrativa de Presidente Prudente, em destaque os municípios de Álvares Machado e Presidente Prudente. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 2007.



Figura 03 – Aspecto da área urbana de Álvares Machado, 1939. Fonte: IGC.

A ocupação do oeste Paulista (região na qual se insere a cidade Álvares Machado) iniciou-se a partir de meados do século XIX, e teve como principal objetivo a expansão da fronteira agrícola do café, sendo que nesta região, diferentemente das outras regiões de colonização mais antiga, a implantação da ferrovia se deu antes do povoamento propriamente dito.

Na época em que chegaram os primeiros imigrantes japoneses ao local, a última estação da qual trafegavam carros de passageiros era Indiana, distante 50 quilômetros, e o acesso era precário, na maior parte das vezes, por picadas no meio da mata. O Oeste Paulista era a última região do Estado de São Paulo a ser colonizada, em grande parte ainda coberta de matas. Assim, inicialmente a ocupação era essencialmente rural, com a participação de pessoas de outras regiões de São Paulo e outros estados, e também imigrantes estrangeiros. Neste contexto se insere os japoneses, que começaram a chegar em 1908 no país, e em 1916, na cidade de Álvares Machado.

Álvares Machado localiza-se na região da Alta Sorocabana na porção extremo oeste do Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas, 51°21'W e 22° 05"S, encontrando-se a uma altitude média de 450 metros acima do nível do mar.

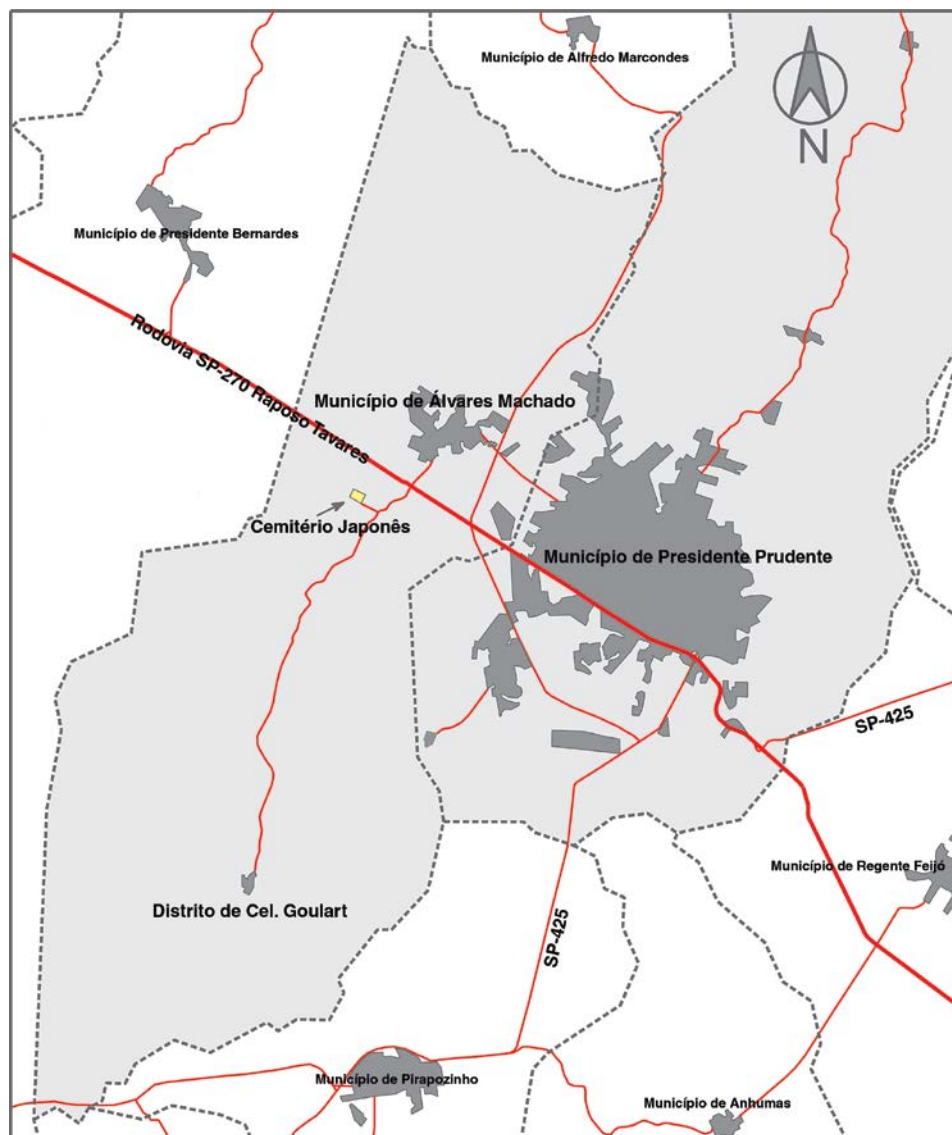


Figura 04 – Localização do Cemitério Japonês no Município de Álvares Machado – SP

Fonte: Google Earth, 2011, editado pelo autor.

O fundador de Álvares Machado foi Manoel Francisco de Oliveira, natural de Alfenas - Minas Gerais, em 1916 chegou ao local denominado Brejão, próximo ao córrego do Leite, adquirindo as terras de propriedade da Viúva de Manoel Pereira Goulart, na Fazenda Pirapó. Fazendo a derrubada

da mata existente, construiu sua casa e um estabelecimento comercial, que passou a atrair outros moradores para o local. Em 1919 os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana atingiram a região, fazendo com que Manoel Francisco, em 1921, diante do interesse dos povoadores, loteassem as terras e constituíssem o patrimônio de São Luiz. No mesmo ano, o Governo do Estado alterou o nome da estação ferroviária de Brejão para Álvares Machado, em homenagem a Francisco Álvares Machado e Vasconcelos. O transporte ferroviário facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias, e aliado à fertilidade das terras, foram os fatores de desenvolvimento do núcleo que passou a Distrito de Paz em dezembro de 1927, e elevou-se a município em 30 de novembro de 1944.

É neste contexto que surge então a comunidade japonesa dentro da cidade de Álvares Machado, sendo esta bastante expressiva, veio a ter papel fundamental para a formação desta cidade, e outras da região, contribuindo tanto para o desenvolvimento econômico, como social.

Segundo Bomtempo (2007, p. 7):

[...] a estrutura fundiária do município de Álvares Machado se difere dos demais municípios do Pontal do Paranapanema e da região Oeste de São Paulo, pois a presença do imigrante japonês, possibilitou que a terra fosse vendida em pequenos e médios lotes. De acordo com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2005), Álvares Machado possui 1.217 propriedades rurais, sendo que, 773 são minifúndios, 387 são pequenas propriedades, 57 são médias propriedades e apenas 6 são grandes propriedades. (BOMTEMPO, 2007, p. 7)

O Brasil é um país de imigrantes. Primeiramente, haviam os índios, que segundo Darci Ribeiro, era por volta de seis milhões na época em que aqui aportaram os europeus, e hoje esse número é por volta de 300 mil. Por aqui estabeleceram pessoas das mais variadas regiões do mundo, de negros a asiáticos, europeus e árabes, gente de todas as estirpes e classes sociais, de

diferentes credos, produziram essa amálgama que é a cultura brasileira, um ecletismo muito bem exemplificado com o conceito de "antropofagia cultural" que foi a marca da semana de cultura e arte moderna, em 1922.

A cultura dos diferentes povos que aqui aportaram tem a sua parcela de contribuição na formação da cultura brasileira. Seus vestígios e fragmentos são importantes na compreensão da "civilização brasileira" e por isso, passíveis de preservação e estudos. Também é importante ressaltar o fato de que todos esses povos tiveram que se adaptar ao novo local, clima e costumes, algumas vezes de forma criativa, outras de forma trágica, ao mesmo tempo em que procuraram ao máximo manterem vivas a cultura e as tradições de seu país de origem. Esse processo de abasileiramento resultou em um grande ecletismo, tanto cultural como arquitetônica, nos locais que receberam essas pessoas, materializando em uma profusão de formas e maneiras de pensar que gerou o pensamento flexível, a receptividade e a praticidade do brasileiro comum de hoje, algo muito bem percebido pelos estrangeiros.

Através desse pensamento, conseguimos identificar diversas formas, métodos e apropriações/interpretações do espaço, no cenário tradicional da arquitetura brasileira. Das ocas dos índios a casa bandeirista, o casarão colonial das fazendas de café, a habitação coletiva proletária de São Paulo do início do século XX, o modernismo da metade do século XX, as construções de imigrantes europeus da Europa Central e do Leste (alemães, poloneses, ucranianos, tchecos) no sul do país, ribeirinhos da região amazônica, etc. Muitas dessas construções possuem não somente um significado histórico, mas grande valor simbólico, cultural e econômico para as pessoas da comunidade local, e esse significado muitas vezes extrapola o alcance da comunidade, atingindo pessoas de fora e de outras etnias que acabam se integrando e se relacionando entre si.

A chegada dos primeiros colonos à região do Brejão aconteceu no mesmo ano da fundação do município de Álvares Machado, sendo, portanto, todo o conjunto do sítio onde se localiza o cemitério japonês, de grande

significado histórico para a cidade e a região, pois são umas das mais antigas estruturas dos primórdios da colonização desta parte do Estado de São Paulo ainda em pé. Apesar de história recente, com menos de 100 anos, pouca coisa restou na região. Esse fato é emblemático, demonstrando pouco interesse da sociedade em manter a memória coletiva, resultando em uma população que pouco sabe da história do lugar onde vive. E quando, em raros momentos, há o interesse em preservar e restaurar determinado edifício de valor histórico, de memória ou cultural, as ações são feitas sem critério, resultando em perda do caráter do edifício, do qual supostamente queria se manter.

A proposta desse trabalho é justamente preencher essa lacuna, dessa forma foi escolhido o cemitério japonês de Álvares Machado por toda essa carga histórica, cultural e simbólica que carrega.

2. O CEMITÉRIO JAPONÊS DE ÁLVARES MACHADO

Logo no início da colonização japonesa na área do entorno do cemitério (local conhecido como Brejão), houve um surto de febre amarela, e dada às distâncias e a precariedade do atendimento médico, não era possível buscar socorro e remédios aos que ficavam doentes, não demorando muito em surgir diversas mortes entre os colonos. O cemitério mais próximo era em Presidente Prudente, uma distância considerável que tinha que ser percorrida a pé, em pelo menos quatro pessoas para que pudessem se revezar no carregamento do defunto. As crianças que morriam eram enterradas ali mesmo, nos cantos das plantações.

Diante da situação, Naoe Ogasawara, principal articulador da colonização do Brejão, foi até a sede da comarca, na época Conceição do Monte Alegre, para pedir autorização para abertura de um cemitério. Para tal empreendimento foram utilizados os recursos doados por incentivadores da imigração, na ocasião da partida do clã Ogasawara para o Brasil, para ser

utilizado em benefício dos colonos japoneses, e com esses recursos, foi construída uma escola, em uma área de aproximadamente cinco alqueires, e mais tarde uma parte dessa área foi desmatada para a construção do cemitério.

A primeira pessoa enterrada, segundo o livro de registros do cemitério, foi Masae Watanabe, de dois anos de idade, em 19 de novembro de 1918. Dois anos após a fundação do cemitério, as famílias japonesas que habitavam a área sentiram a necessidade de realizar uma celebração para os mortos, escolhendo o dia 15 de julho, o dia de finados no Japão. O evento passou a ser chamado de Shokonsai, que significa “Convite às almas para missa”, passando a ser realizado no segundo domingo de julho. Apesar de nunca ter sido declarado um cemitério exclusivo de japoneses, apenas uma pessoa não descendente de japoneses foi enterrada lá, um homem de nome Manoel que foi morto juntamente com outros três colonos japoneses a facadas em meio à discussão com um desconhecido. Explica-se esse fato com a construção de um cemitério municipal em Álvares Machado pouco após a fundação do cemitério japonês, para o qual, naturalmente, os não japoneses eram sepultados. Japoneses de outras colônias próximas traziam seus mortos para serem enterrados no cemitério pensando ser esse exclusivo para japoneses e também pelo reconfortante fato de celebrarem anualmente o Shokonsai.

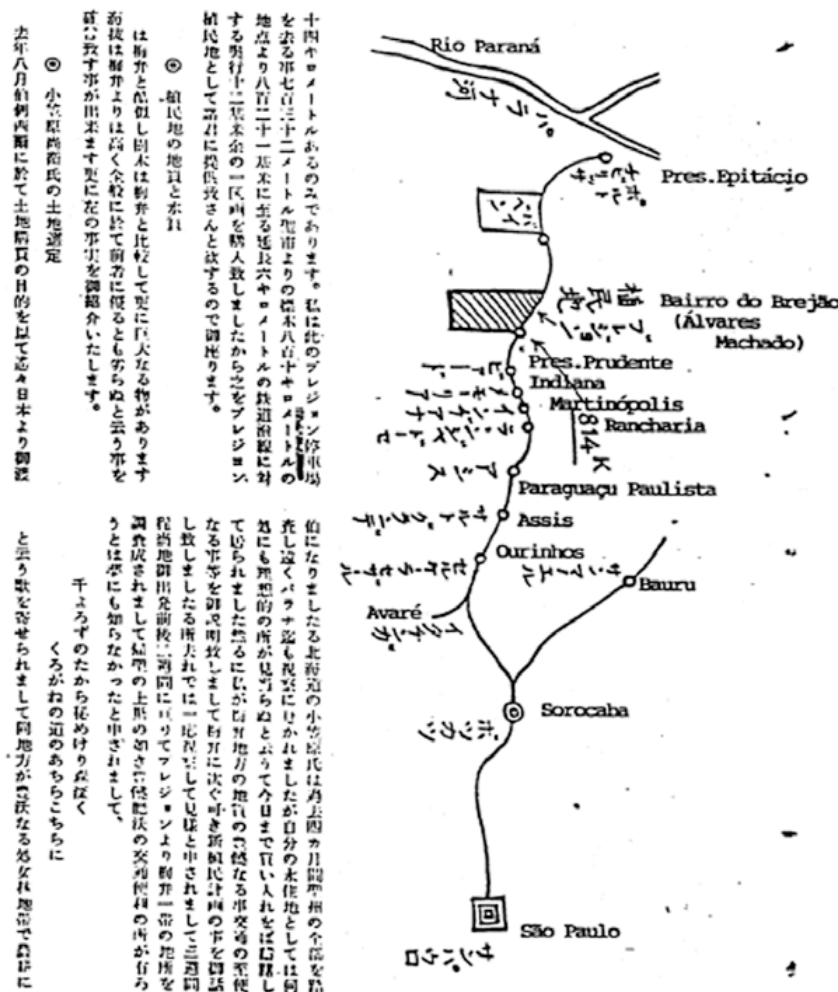


Figura 05 – Mapa da localização de Álvares Machado divulgado entre os imigrantes japoneses no início do século XX.
 Fonte: MIYASHITA, 1968, apud TAKENAKA, 2003.

Com o passar do tempo e das grandes dificuldades iniciais, a comunidade, muito unida em torno deste local, torna-se próspera. Por diversos anos, as propriedades do entorno eram as mais produtivas do município de Álvares Machado. A infra-estrutura, praticamente inexistente no início, foi se consolidando. No anos 1950-1960 a demografia do país começa a mudar, com a maioria da população passando de rural a urbana. Aos poucos as pessoas que viviam no bairro do Brejão, passaram a mudar para as cidades. A atividade agrícola também passa por transformações e muitas propriedades do Brejão deixam de produzir e passam a ser locais de veraneio. A comunidade se fragmenta e atualmente só se encontra no local no evento anual do Shokonsai.

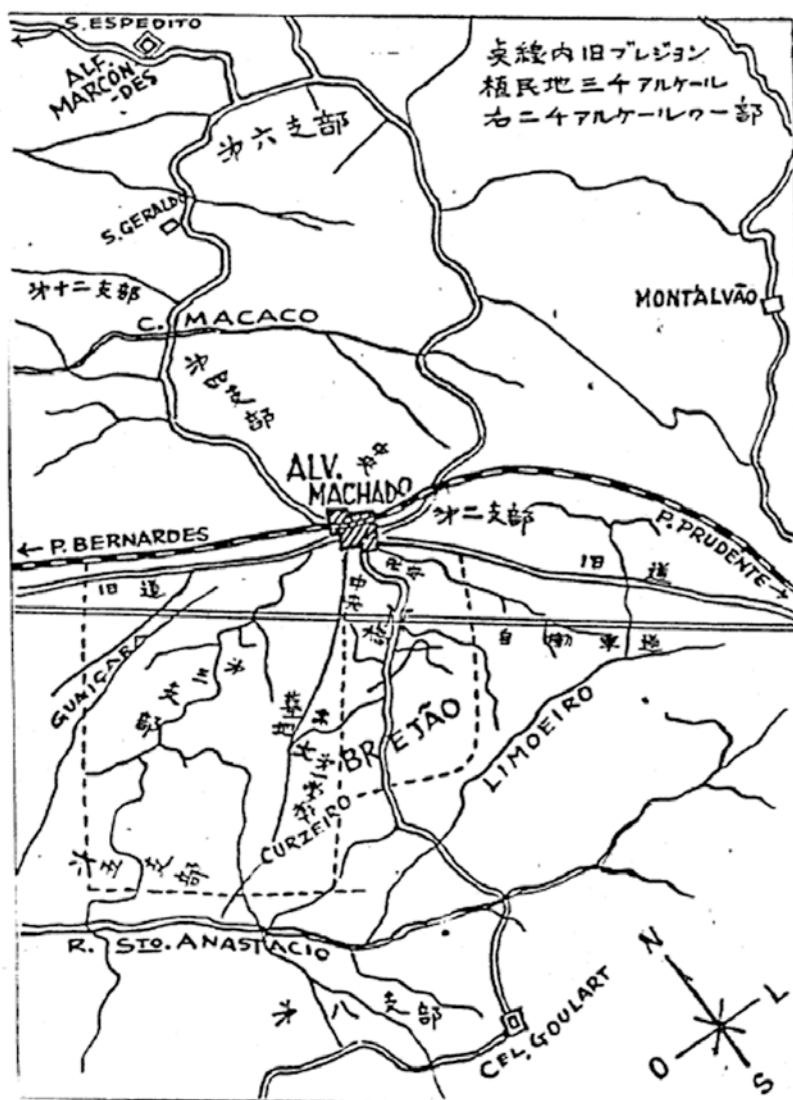


Figura 06 – Mapa de localização da cidade Álvares Machado e a gleba Brejão, divulgado entre os imigrantes japoneses no início do século XX. Fonte: MIYASHITA, 1968, apud TAKENAKA, 2003.

Em 1980 o referido sítio é tombado pelo CONDEPHAAT, sendo esse tipo de cemitério único no país e além do inestimável valor simbólico para a comunidade de origem japonesa no Brasil e também para a comunidade local, e além do cemitério propriamente dito há uma construção em madeira de grande interesse arquitetônico. O local abrigava uma escola e representa um tipo construtivo raro, que possui influências trazidas pelos imigrantes adaptadas à realidade e materiais do local, um estilo eclético oriental-ocidental que o professor Humberto Yamaki da UEL associou ao termo citado pelo arquiteto japonês Kisho Kurokawa em seu livro “A filosofia da simbiose” (1991) como Wayou Settyu Youshiki, expressão que também

designava a arquitetura dos imigrantes japoneses na região de Registro – SP, em publicações da companhia de colonização KKKK (1926) que atuou nesta região. Além desse grande valor estético e construtivo, a escola é uma das poucas remanescentes, desse estilo típico de construção dos imigrantes japoneses, em seus primeiros anos de colonização no Brasil, justificando, portanto um minucioso estudo que sirva de base para um possível projeto de restauração dentro de uma proposta de intervenção arquitetônica.



Figura 07 – Edifício em madeira que abrigou a escola da comunidade. Acervo Mayra Brunelli, 2011.

Essa construção possui um grande caráter arquitetônico e apesar de ter sido construída com madeira de lei, apresenta muitos sinais de deterioração e alguma descaracterização, apesar de sua essência ser original. O palco anexo, no entanto está bem mais deteriorado, com grande risco de ruir. O sítio do cemitério não se encontra propriamente abandonado, todos os anos, no segundo domingo de julho é realizado a cerimônia do Shokonsai, evento que surgiu desde os primórdios da colonização do lugar, sendo uma forma de homenagear as tradições do país de origem e também para homenagear os antepassados mortos, além de servir como confraternização entre os vivos. No entanto durante todo o resto do ano o sítio permanece fechado e sem uso, recebendo visitas esporádicas do mantenedor Mário Ogasawara (neto de Naoe Ogasawara, pioneiro que iniciou a colonização do local) e de descendentes das pessoas ali enterradas. Apesar do grande esforço do Sr. Mário Ogasawara em preservar o conjunto do cemitério, é necessário um projeto abrangente de preservação e intervenção arquitetônica.

O prédio da escola, por exemplo, que é feito de madeira, precisa de uma criteriosa e cuidadosa restauração; o local não possui estrutura adequada para receber o afluxo de visitantes durante o Shokonsai e a bucólica paisagem rural se encontra ameaçada. A preservação do Cemitério Japonês não é importante somente à comunidade local, descendentes de imigrantes japoneses, mas para todo o estado e ao país também, por manter viva a história e a memória da diversidade de povos e culturas que contribuíram para a sua formação.



Figura 08 – 93º Shokonsai. Fonte: Acervo Pessoal, 2013.



Figura 09 – Edifício em madeira que abrigou a escola da comunidade. Acervo pessoal, 2013.

2.1 A PAISAGEM DO CEMITÉRIO JAPONÊS

A paisagem da qual se insere o sítio do cemitério japonês de Álvares Machado é eminentemente rural. Seu relevo é formado basicamente por colinas médias, amplas, morrotes alongados e espigões.

O relevo do cemitério pode ser descrito por topos suavemente ondulados, onde estão inseridos a escola e o palco, vertentes de formato ora côncavos, ora convexas, onde se insere o cemitério e sua capela e o pasto, com nascentes em forma de anfiteatro e algumas planícies aluviais.

Para dar origem às ocupações (cemitério, escola e palco) e ao pasto (para o gado) a mata foi em grande parte suprimida, restando apenas algumas áreas próximas ao leito do curso d'água (mata ciliar), situadas próximo ao sudoeste do cemitério. Na porção norte da área do cemitério há também o cultivo de eucaliptos.

O sítio do cemitério compreende uma área de aproximadamente 5,43 alqueires (aproximadamente 130.000 m²), que foi a área destinada pelos responsáveis pela colonização para a construção de uma escola, que se situa no topo, numa área mais plana na porção sudeste do sítio. Mais tarde, devido às circunstâncias já abordadas, foi reservada parte da área para a constituição do cemitério, na porção noroeste. Essas duas áreas são as mais altas do sítio, entre a escola e o cemitério propriamente dito passa um córrego, cuja a nascente está dentro do Santuário Morada de Deus (sob o asfalto do amplo estacionamento) e o relevo decai seguindo o córrego, em direção à oeste, em direção às lagoas do Santuário. As áreas da escola e do cemitério são, portanto divididas por um pequeno curso d'água, e na parte à oeste da escola era destinada a uma plantação experimental por parte de alunos e professores, e atualmente faz parte da pastagem, reservada para o cultivo de gado.



Figura 10 – Vista opostas, dos túmulos apartir da escola e vice-versa.
Trabalho de Campo 2011.



Figura 11 – Localização da nascente. Fonte: CALDEIRA, C., R. T.; MIYOSHI, G., T.; VICTORINO, H., S.; ORTEGA, M., C. Elaboração de produtos cartográficos na escala 1:10.000 para a região do Cemitério da Colônia Japonesa do Município de Álvares Machado/SP. Trabalho de Graduação em Engenharia Cartográfica, FCT-UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2013 (editado).

O curso d'água, que corta o sítio (Área de Preservação Permanente) está parcialmente erodido e constitui atualmente um problema que merece atenção no que concerne na preservação da integridade dos bens tombados já que uma grande área à leste e a montante, junto à divisa, foi construído um grande estacionamento, de aproximadamente 128.000 m², para recepção de visitantes do Santuário Morada de Deus, edificado na propriedade vizinha. A grande área impermeabilizada faz com que em período de chuvas grande quantidade de água desça com força para o córrego, provocando erosão e pondo em grande risco o cemitério e a escola. A legislação estadual prevê restrições para construções num raio de 300 metros de bens tombados, o que constitui grave violação da lei.

Essa área de preservação permanente, (APP), não apresenta se cercada, existindo na área a presença de alguns animais, (pequena atividade pecuária), há uma pequena parcela de mata ciliar preservada, e a água do córrego, apresenta-se visualmente com boa qualidade, pois há a presença de

alevinos e algumas espécies de peixes, entre eles o lambari, que apenas desenvolve-se em águas não poluídas.



Figura 12 – Drenagem do Estacionamento do Santuário Madre de Deus que desemboca diretamente no córrego do outro lado da estrada provocando grave erosão.

Fonte: Trabalho de Campo da Disciplina Patrimônio Cultural, 2011.



Figura 13 – O córrego mais a frente. Fonte: Trabalho de Campo da Disciplina Patrimônio Cultural, 2011

O termo mata ciliar é empregado para designar as florestas ou matas que ocorrem nas margens de cursos de água. Encontram-se também transições de solo, de vegetação e de um grande gradiente de umidade do solo, que impõem o tipo de vegetação. As matas ciliares são sistemas que

funcionam como reguladores do fluxo de água, sedimentos e nutrientes entre os terrenos mais altos da bacia hidrográfica e o ecossistema aquático, além de através de suas copas, interceptar e absorver a radiação solar, contribuindo para a estabilidade térmica dos pequenos cursos d'água. Constitui portanto, importante feição que necessita de atenção para a manutenção da paisagem.



Figura 14 – O córrego mais a frente. Fonte: Trabalho de Campo da Disciplina Patrimônio Cultural, 2011.

Para o estudo de um bem patrimonial cultural, neste caso o Cemitério Japonês de Álvares Machado - SP, é essencial entender como está inserido em seu contexto, quais são suas características materiais e imateriais do local, e como esse entorno interfere dentro deste patrimônio. Para realizar tal análise é preciso buscar na paisagem - categoria de análise geográfica - subsídios que permitam entender como se formaram as características e heranças deixadas pelo homem na paisagem no decorrer do tempo.



Figura 15 – Paisagem do Cemitério Japonês no Município de Álvares Machado – SP

Fonte: Acervo do autor, 2013.

Paisagem nada mais é que aquilo que se percebe através dos sentidos, a qual não é estática, mas sim dinâmica, fruto de interações entre os sistemas bióticos, abióticos (clima, relevo, etc) e antrópicos, que resultam em um ambiente com características próprias e dinâmicas.



Figura 16 – Paisagem do Cemitério Japonês no Município de Álvares Machado – SP

Fonte: Acervo do autor, 2013.

Segundo Santos (1997),

Paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos concretos. (SANTOS, 1997)

Portanto, tal definição se baseia no acúmulo das modificações do ambiente pelo homem através das gerações, sendo essa transformação da natureza que gerará características únicas para a paisagem .

Bertrand (1968) definiu a paisagem como uma entidade global, que possibilita a visão sistêmica numa combinação dinâmica e instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos (conjunto único e indissociável em perpétua evolução perpétua). O autor salienta que as escalas tempo-espaciais foram utilizadas como base geral de referência para todos os fenômenos geográficos e que todo estudo de um aspecto da paisagem se apoia num sistema de delimitação mais ou menos esquemático, formado por

unidades homogêneas (em relação à escala considerada) e hierarquizadas, que se encaixam umas nas outras.

Assim, com essa combinação de sujeitos, associado com a escala tempo-espacial, observa-se como foi inserido o cemitério japonês de Álvares Machado, o qual trouxe características específicas para seu local, transformando a paisagem natural, antes formada apenas por mata virgem e pastagem, em um ambiente voltado para as atividades culturais de origem oriental, as quais caracterizaram o local, gerando uma paisagem “cultural”.

A paisagem Cultural é criada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem é o resultado. (SAUER, 1925¹ in MARTINS & COSTA)

2.2 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Até o final do século XIX, o patrimônio arquitetônico era apenas uma questão de interesse nacional (do país que se encontrava determinado bem) e a maioria das leis relacionadas a preservação de edificações de interesse histórico na Europa datavam dessa época. Inúmeras associações existiam em cada país, porém seu alcance nunca se projetava além das fronteiras nacionais. O internacionalismo cultural, assim como conhecemos hoje, emergiu com o fim da Primeira Guerra Mundial com a criação da Liga das Nações, mas foi apenas após a Segunda Guerra Mundial e com o estabelecimento da Organização das Nações Unidas – ONU que esse movimento se consolida.

A conferência de Atenas (1931) sobre a restauração de edifícios históricos, organizado pelo Escritório Internacional de Museus, e pela Carta de Atenas (1933), representaram um passo maior na evolução de idéias

¹ Sauer, C. (1925). The morphology of landscape. *Geography*, 2, 19-54; University of California Publications.

porque refletiam uma crescente conscientização entre especialistas de todo o mundo, e introduzindo pela primeira vez na história o conceito de patrimônio internacional.

A carta de Veneza nasceu da necessidade de criar uma associação de especialistas em conservação e restauração independentes da já existente associação de museologistas, ICOM.

Em 1957 em Paris, O Primeiro Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios históricos recomendou que os países do qual não tenham uma organização central para a proteção do patrimônio histórico providenciassem tal instituição em nome da UNESCO, da qual todos os estados membros possam juntar-se ao Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural – ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) sediado em Roma.

O Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos em Veneza, 1964, adotou 13 resoluções, o primeiro sendo a Carta Internacional de Restauro, conhecida como Carta de Veneza, e o segundo, apresentado pela UNESCO, provendo condições necessárias para a criação do Conselho Internacional sobre Monumentos e Sítios – ICOMOS (International Council on Monuments and Sites).

Segundo o artigo 1º da Carta de Veneza: "A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural."

Segundo a mesma carta, a conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente. A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação útil à sociedade; tal destinação é portanto,

desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

A documentação de bens patrimoniais é a base de todo o tipo de estudo ou trabalhos de conservação ou restauração. Segundo a Carta de Burra, "qualquer intervenção prevista em um bem deve se precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão."

A importância do inventário patrimonial cultural não é somente um instrumento da ação de projeto de restauro e conservação, mas também como registro histórico, servido de base de dados para futuras análises e pesquisas. Mesmo se um bem patrimonial vir a ser destruído, seja por ação humana ou um desastre natural, este pode ser reconstruído ou ficar com uma exata lembrança na memória.

A constituição das bases do campo do patrimônio cultural no Brasil é relativamente recente e coincide com o início do debate de uma consciência cultural nacional com o Movimento Artístico Moderno (cujo marco inaugural é a Semana de Arte Moderna de 1922), em que busca uma identidade nacional apartir das raízes miscigenadas do povo brasileiro. Mário de Andrade, um dos expoentes dessa corrente, recebe a incumbência do Ministro Capanema em 1936, de elaborar um anteprojeto para a criação de um órgão federal destinado a cuidar dessa área.

A Constituição de 1937 já continha o conceito de patrimônio cultural e, de acordo com o Art. 134: "Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional." Em 30 de novembro de 1937 é

criado pelo Decreto-Lei nº 25 o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Subordinado ao Ministério da Educação, o SPHAN, teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, permanecendo no cargo até 1969. Nesse período, o SPHAN norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

De acordo com o art. 216 da CF/88, o patrimônio cultural é composto pelo conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Entre os bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro, destacam-se: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A principal forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro é o tombamento. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu texto, o tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. O tombamento de um bem, seja ele material ou imaterial (segundo conceitos definidos pela UNESCO, Constituição Federal, Cartas patrimoniais) é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.

3. O PROJETO

3.1 O Conjunto

O conjunto edificado no sítio do cemitério japonês contitui-se de duas áreas, a da antiga escola ao lado esquerdo do córrego e a do cemitério propriamente dito, que ocupa o lado direito. A parte da escola foi a primeira a ser ocupada, com uma edificação de madeira que mais tarde foi substituída por aquela que subsite até hoje, também de madeira. Pouco depois da construção da primeira escola, o cemitério começou a ser ocupado.

A área da escola atualmente constitui-se de alguns edifícios, a saber: a escola de madeira com um pequeno anexo de madeira logo ao lado; um monumento dedicado à paz mundial; uma construção de alvenaria recente que abriga os sanitários; o antigo palco de madeira. Este conjunto está disposto ao longo de uma área plana de formato retangular muito importante, pois é o espaço onde são realizados eventos culturais desde os primórdios da colonização do lugar. Nos tempos em que a agricultura era a principal atividade econômica e portanto haviam muitas pessoas morando no entorno, todos os finais de semana era o local que abrigava as atividades culturais e de lazer: almoços e festas comunitárias aos domingos e até mesmo partidas de beisebol. O palco, disposto num dos vértices desse retângulo, propiciava um espaço adequado para apresentações, como o bon-odori, músicas, discursos e poesias.



Figura 17 – Vista frontal da Escola Japonesa. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

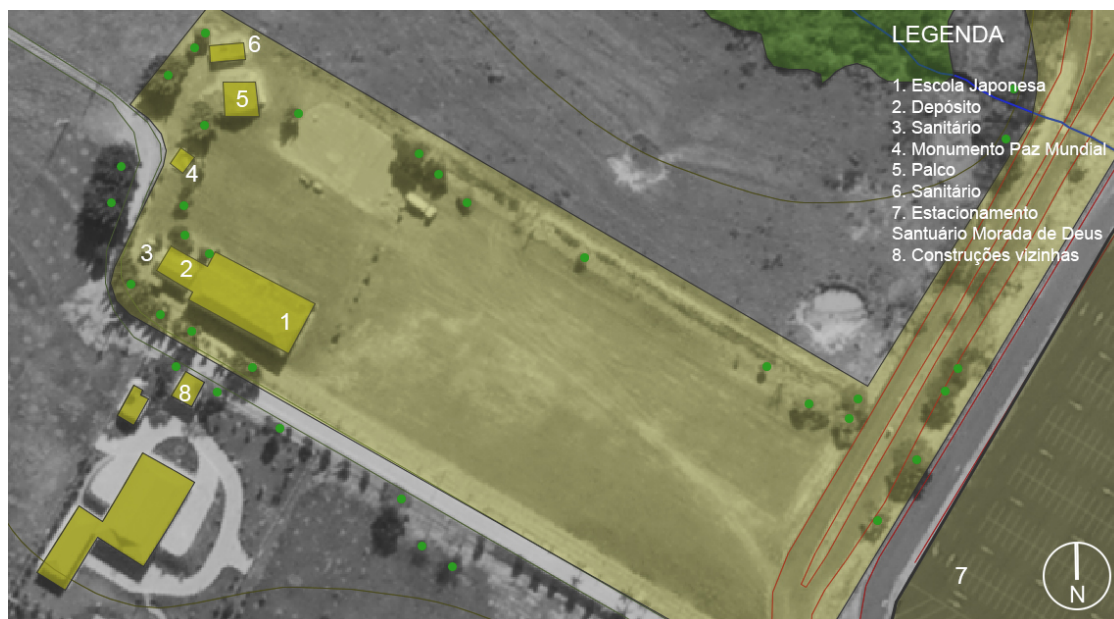


Figura 18 – Área da Escola Japonesa. Fonte: CALDEIRA, C., R. T.; MIYOSHI, G., T.; VICTORINO, H., S.; ORTEGA, M., C. Elaboração de produtos cartográficos na escala 1:10.000 para a região do Cemitério da Colônia Japonesa do Município de Álvares Machado/SP. Trabalho de Graduação em Engenharia Cartográfica, FCT-UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2013 (editado).

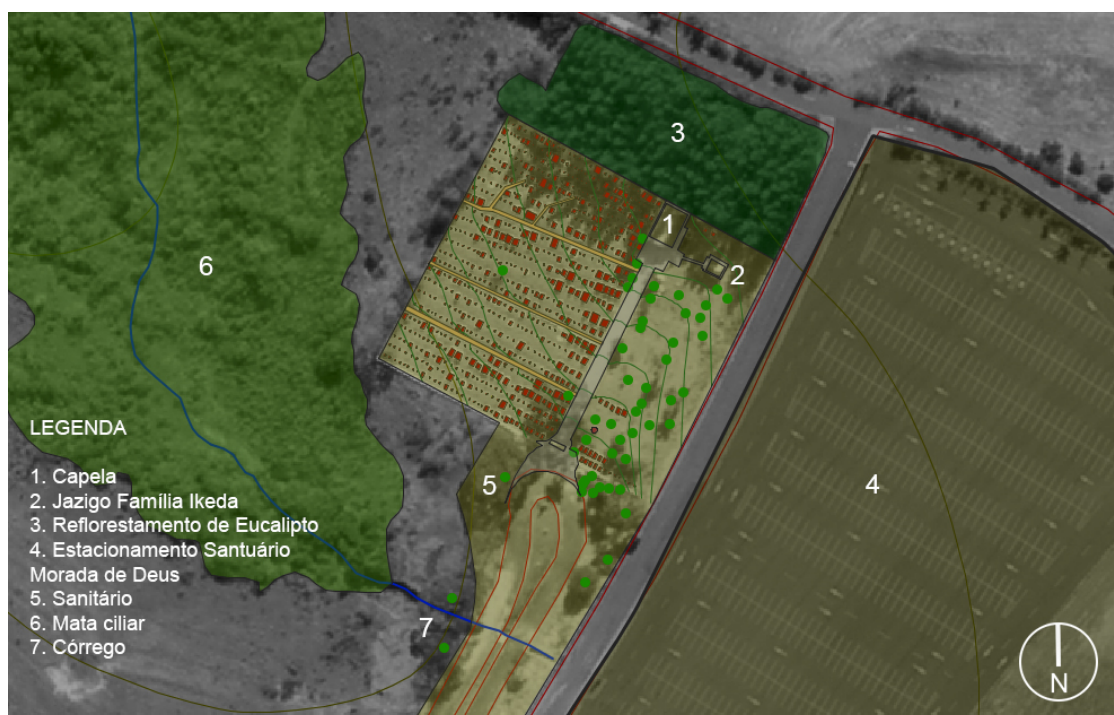


Figura 19 – Área do Cemitério. Fonte: CALDEIRA, C., R. T.; MIYOSHI, G., T.; VICTORINO, H., S.; ORTEGA, M., C. Elaboração de produtos cartográficos na escala 1:10.000 para a região do Cemitério da Colônia Japonesa do Município de Álvares Machado/SP. Trabalho de Graduação em Engenharia Cartográfica, FCT-UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2013 (editado).

No passado, portanto, o conjunto da escola, palco e a área plana defronte era uma área de lazer e cultural muito importante para a comunidade

de origem japonesa que habitavam pequenas propriedades no entorno. Aliás, era a única opção disponível para um distraimento após uma semana de trabalho árduo no campo. Era também o local onde crianças e adultos estudavam, onde haviam reuniões da associação, onde enfim constituía-se todas as relações sociais e culturais da comunidade.

A parte do cemitério era destinado as celebrações e cultos espirituais. Além dos túmulos, há uma capela, originalmente de madeira e que mais tarde fora substituída pela construção atual, de alvenaria. Desde o início eram feitas celebrações que seguiam a tradição japonesa, um sincretismo entre budismo e xintoísmo. Católicos japoneses e descendentes foram enterrados no cemitério, e ao que parece, não houve conflitos entre as religiões japonesas e a católica. A vinda do padre japonês “Domingos” Chohati Nakamura, originário de Nagasaki, província japonesa onde havia um número significativo de japoneses católicos, em 1923, quando tinha 59 anos, contribuiu muito para essa boa convivência, pois realizou extenso trabalho de evangelização, não só no município de Álvares Machado, mas também em outras regiões, como nos municípios de Birigui e Bastos.



Figura 20 – Alunos da Escola Japonesa (1942) e jogadores de beisebol (1955).

Fonte: TAKENAKA, 2003.

Se na época em que no entorno do sítio da escola e do cemitério eram povoados por colonos japoneses e seus descendentes este sítio era muito importante e muito utilizado pela comunidade com o propósito de lazer, cultura e espiritualidade, no momento em que as cidades tornam-se mais atrativas que o campo e acontece o fenômeno do exôdo rural, o espaço, outrora vibrante, cheio de vida e atividades, perde seu sentido e aos poucos

foi sendo esvaziado. Os que viveram parte de suas vidas ali mas foram morar na cidade, ainda o frequentavam, mas seus filhos e netos não. Com o tempo as atividades foram cessando, só restando mesmo o shokonsai, no segundo domingo de agosto, o dia mais importante de celebração para a comunidade, justamente para homenagear seus antepassados mortos. Diga-se de passagem que o culto aos mortos, para que seus espíritos se aquietem e repousem em paz, é muito importante na cultura japonesa.



Figura 21 – Antiga Capela de madeira e o altar no interior da atual.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.



Figura 22 – Capela do Cemitério Japonês.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.

3.1 CONCEITO/PARTIDO

Resgatar esses valores culturais, recreacionais e espirituais perdidos torna-se, portanto, virtudes muito desejáveis em um projeto de intervenção deste monumento. Além dessas qualidades, podemos acrescentar o respeito a materialidade dos objetos significativos como o edifício da escola e a área

dos túmulos, respeito ao vazio da área defronte à escola e as visuais mútuas entre a escola e os túmulos e também aos pequenos monumentos que fazem parte do conjunto.

A intervenção portanto deve buscar um equilíbrio entre o programa funcional com as características materiais, históricas e de valores que o bem representa.

A principal preocupação em relação ao conjunto contido no sítio é relativo à ações que garantam a permanência do edifício da escola, conjunto de túmulos e monumentos e a capela. Para tanto, é preciso uma análise minuciosa das condições atuais das edificações e identificar as ameaças.

O projeto de intervenção deve portanto buscar um uso adequado e compatível para o local. Segundo a Carta de Veneza, na seção de conservação, a recomendação é que a manutenção de monumentos seja permanente, e que uma destinação útil à sociedade é desejável e favorece a manutenção, desde que não altere a disposição e decoração do bem. “Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.”²

O partido arquitetônico é um conjunto de intenções que em oposição a um grupo de limitantes dão forma a um projeto. Para tanto, é necessário levantar as potencialidades e os problemas, aspectos negativos e limitantes do local estudado.

3.2 POTENCIALIDADES E PROBLEMAS

Potencialidades

-Área de Interesse histórico e cultural;

² Carta de Veneza. Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. ICOMOS.

-Área rural próxima da mancha urbana de Presidente Prudente/Álvares Machado;

-Turismo cultural, religioso, histórico e ambiental;

-Área de aproximadamente 5 ha, córrego que corta o sítio;

-Área com infraestrutura;

Problemas principais

-Edificação histórica de madeira frágil e sem uso atual;

-Entorno sendo ocupado por chácaras de recreio e grandes empreendimentos, proximidade da área urbana;

-Modo de conservação, restauração e reabilitação torna-los aptos a novos usos;

-Necessidade de planejamento e zoneamento rural para proteção;

-Alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da manutenção de estruturas sociais e físicas;

-Gestão urbana: requalificar a cidade e dar um padrão ordenado de expansão urbana.

A compreensão da cultura é fundamental no turismo para possibilitar a compreensão entre o visitante e aquilo que é visitado, para que a cultura possa ser um recurso comercial (sob reserva), que ajuda a mitigar impactos negativos nas culturas anfitriãs ou nos bens visitados. O turismo cultural aqui será entendido como abrangendo as interfaces com o turismo rural, ecoturismo, turismo educativo, científico e étnico. (Pardi, M. L. A preservação do Patrimônio arqueológico e o turismo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

O Cemitério Japonês, pelo seu valor cultural e simbólico para os colonos imigrantes de um país tão distante e diverso como o Japão, possui um grande potencial para servir como um espaço cultural, espiritual e de encontros e para a comunidade.

Está situada em zona rural do município de Álvares Machado, mas está próxima da área urbana, tanto desta última como de Presidente Prudente, e também próxima da Rodovia SP-270 Raposo Tavares. A materialidade do local é de uma arquitetura bem simples, visto às dificuldades da falta de recursos e de se conseguir materiais e ferramentas na época de sua implantação. Nos primórdios da colonização da região sudoeste paulista a infra-estrutura era muito precária, sendo difícil até mesmo conseguir mantimentos básicos. Além disso, os imigrantes japoneses ainda tinham dificuldades com a adaptação à comida, considerada excessivamente gordurosa e salgada além de falarem uma língua completamente diferente. Essas dificuldades no entanto contribuíram para unir ainda mais a comunidade. O local, portanto, serviu muito bem com a sua função, constituindo-se como um local de encontros, educação, espiritual e divertimento, para uma comunidade rural com poucas opções de lazer.

A funcionalidade é dessa forma uma importante condicionante de uma requalificação de um bem histórico. Ultimamente tem surgido bons projetos arquitetônicos que envolveram edifícios e estruturas históricas, dando a estes novos usos e significados. Uma das mais bem sucedidas foi a transformação de uma área de beneficiamento de arroz em Registro - SP, uma área que ficou fechada e sem uso por muito tempo, em um Museu da Imigração Japonesa e centro cultural, devolvendo ao centro da cidade, a passagem até o rio Ribeira do Iguape.

Na elaboração do projeto será considerada a opção de reafirmar o papel cultural e espiritual do lugar, readequando-o a receber melhor os visitantes do Shokonsai e preparando-o para receber outros eventos durante o restante do ano. Dessa forma, o projeto surge naturalmente. Em uma primeira etapa duas ações urgentes teriam que ser feitas, que é o problema da drenagem na área dos túmulos e o reforço da estrutura da edificação em madeira da escola. A Reabilitação de edifícios tidos como "patrimônio cultural seria remodelação/modernização para novas condições de uso, e também reconhecendo a importância da conservação do patrimônio arquitetônico. Um dos aspectos mais sensíveis no que concerne à reabilitação de edifícios históricos é referente à segurança estrutural. A necessidade de reabilitação

estrutural para edifícios integrantes do patrimônio cultural-histórico geralmente são motivadas pelas seguintes circunstâncias:

- Existência visível de sinais de deterioração do edifício.
- Avaria causada por um evento climático em particular que afetou sua estabilidade.
- Adequações necessárias à novos usos.
- Requerimentos de autoridade competente em relação às condições de segurança, combate à incêndio, acessibilidade, etc.

Um ponto básico para se considerar na reabilitação estrutural de um edifício é estabelecer um nível de performance que preencha os requerimentos em termos de segurança estrutural.

CRITÉRIOS PARA INTERVENÇÃO

Edifícios do patrimônio histórico e cultural, são por sua própria natureza histórica, tanto em material, quanto a própria construção, tem passado por diversos desafios, mudanças no levantamento, análise e reabilitação, que limitam a aplicação de códigos legais modernos. Além disso, a reabilitação estrutural de edifícios históricos tem implicações arquitetônicas, estruturais, econômicas e de ordem social, dependendo do grau de extensão da intervenção.

A intervenção para reabilitação estrutural de edifícios do patrimônio histórico envolve a aplicação de conhecimento técnico, além de sensibilidade cultural. Somente quando técnica e cultura são presentes, temos as melhores decisões sobre a intervenção.

A Carta de Veneza (1964), por exemplo, que é um dos documentos de referência sobre a reabilitação de patrimônio arquitetônico defende a adoção dos seguintes princípios:

- Garantia de segurança estrutural;

- Respeito pelo valor cultural do edifício;
- Mínima intervenção;
- Reversibilidade da intervenção;
- Integração do edifício inteiro;
- Compatibilidade dos materiais;
- O mínimo custo possível (economicidade).

Metodologias para intervenção

A intervenção para reabilitação estrutural de edifícios do patrimônio histórico compreendem as seguintes fases/ações:

- Encontrar informações documentais sobre o edifício;
- Pesquisa detalhada das condições existentes do edifício;
- Elaboração de levantamento prévio, eventualmente aplicar questionário;
- Avaliação estrutural;
- Projeto das soluções da intervenção;
- Execução da intervenção.

O grau de intervenção depende das condições atuais dos edifícios, podendo assumir diversas formas e proporções, indo desde não invasivo, com imposições ou não sobre as restrições de usos, passando por diversos tipos de reparos e/ou fortalecimento estrutural. As decisões sobre as soluções da intervenção devem se pautar sempre na análise custo-benefício, dos quais todos os aspectos relevantes devem ser considerados, sempre levando em conta as recomendações e normas de segurança estrutural com o respeito ao valor cultural da edificação.

Qualquer intervenção sobre a reabilitação estrutural de um edifício é necessário reunir toda informação documental possível, como sobre a concepção do edifício, o histórico da existência ao longo do tempo. A pesquisa histórica, cobrindo a vida inteira do edifício tem como objetivo entender a concepção e o propósito do edifício, as técnicas construtivas

utilizadas, as alterações feitas em seu entorno, assim como os eventos que provocaram danos em sua estrutura (histórico sísmico e estrutural).



Figura 23 – Efeito da erosão nos túmulos. Fonte: Acervo pessoal, 2013.



Figura 24 – Piso sujo com fezes de pássaros e parte danificada da cobertura do guenkan(varanda) da Escola Japonesa. Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.



Figura 25 – Madeiramento da cobertura do guenkan(varanda) da Escola Japonesa.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2013

Numa fase posterior, novas estruturas seriam adicionadas ao conjunto, como um pavilhão multiuso, cozinha e banheiros. O edifício em madeira da Escola Japonesa seria reservado à exposições culturais, aulas de pintura,

desenho e língua japonesa. Com isso, o local estaria apto a receber outros eventos da comunidade e estudantes do ensino fundamental e médio, onde poderiam aprender mais sobre a história e fazer cursos e atividades culturais.

Na proposta de um pavilhão multiuso, como o próprio nome diz, teria que ter a flexibilidade para diferentes usos, desde uma missa ecumênica à uma apresentação de Bon-Odori ou Taikô (disponibilidade de assentos, boa acústica, aproveitamento da iluminação natural e conforto térmico). Se os assentos forem móveis há a possibilidade de outros usos, como uma exposição de obras de arte ou mesmo uma feira gastronômica.



Figura 26 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, exposição de obras artísticas da comunidade.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.



Figura 27 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, exposição de obras de arte da comunidade.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.

A área reservada para essa edificação seria próxima ao atual palco, disposta de forma que não se interponha entre o campo visual entre a área dos túmulos do cemitério e a Escola Japonesa. Além disso seria interessante que fosse discreto, não se colocando à frente do conjunto histórico. Para obter esse efeito pode se aproveitar o desnível existente nessa área para

camuflar parte da estrutura e facilitar o acesso à cobertura, servindo esta como mirante.



Figura 28 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, exposição de ferramentas utilizadas na época dos antigos imigrantes. Fonte: Arquivo Pessoal.

A mata ciliar em torno do córrego pode propiciar trilhas e caminhos de contemplação e de cunho ecológico e de educação ambiental para as crianças e adolescentes. O pasto oferece espaço para a implantação de horta experimental que também serviria para conscientização ambiental. realizar projetos pedagógicos que auxiliem a compreensão não só da história do cemitério e dos primórdios da ocupação da região, mas também da cultura e dos modos de vida dos imigrantes japoneses que se estabeleceram no local.

PROPOSTA

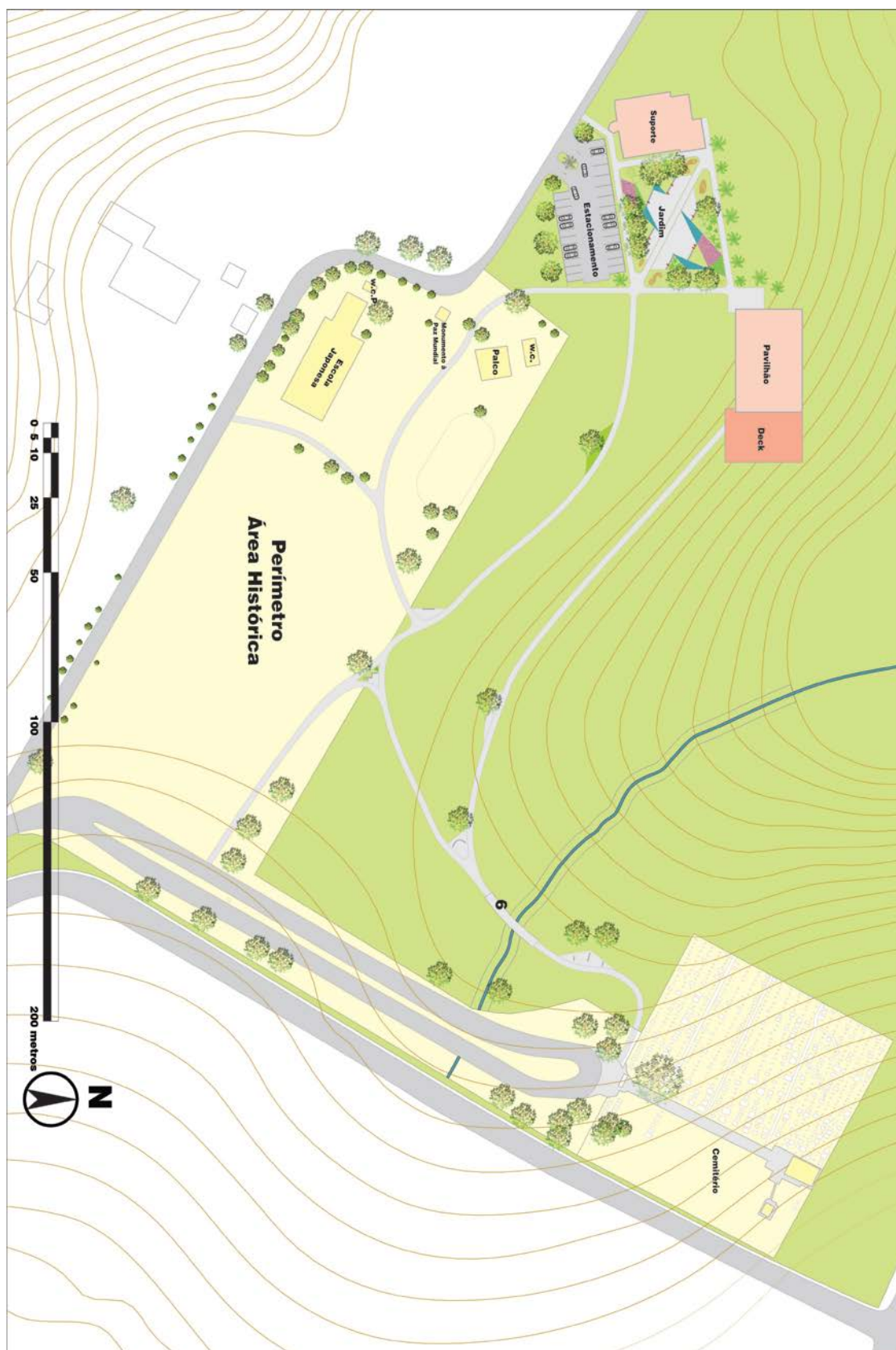


Figura 29 – Implantação da Proposta de Requalificação. Fonte: Editado pelo autor, 2015.

PAVILHÃO

É o principal edifício proposto e uma de suas funções é substituir o antigo palco, cuja estrutura está comprometida. Situa-se nas proximidades do conjunto histórico, de forma a não interferir no campo de visão entre o edifício de madeira da escola japonesa e os túmulos do cemitério. Foi projetado afim de tirar proveito do desnível a fim de diminuir sua silhueta. É composto de uma estrutura de pilares e vigas e laje de concreto pré-moldado, revestido com uma estrutura treliçada composto de barras de aço e alumínio, cujo interior é preenchido por um sistema de hidroponia que permite o cultivo de plantas ornamentais, formando um fechamento verde. Esse sistema contribui para o conforto ambiental do interior, diminuindo a temperatura de forma natural. Além disso, por se aberto, permite a livre circulação do ar. É composto por dois pavimentos, sendo o primeiro destinado às apresentações artísticas e o segundo serve como uma espécie de jardim, onde há o cultivo de legumes e plantas ornamentais de forma experimental, para a produção de mudas e desenvolvimento de novas técnicas como a hidroponia. O edifício também conta com cozinha e sanitários, além de um deck.



Figura 30 – Perspectiva do Pavilhão junto ao jardim. Fonte: Editado pelo autor, 2015.



Figura 31 – Vista da face sul do Pavilhão. Fonte: Editado pelo autor, 2015.

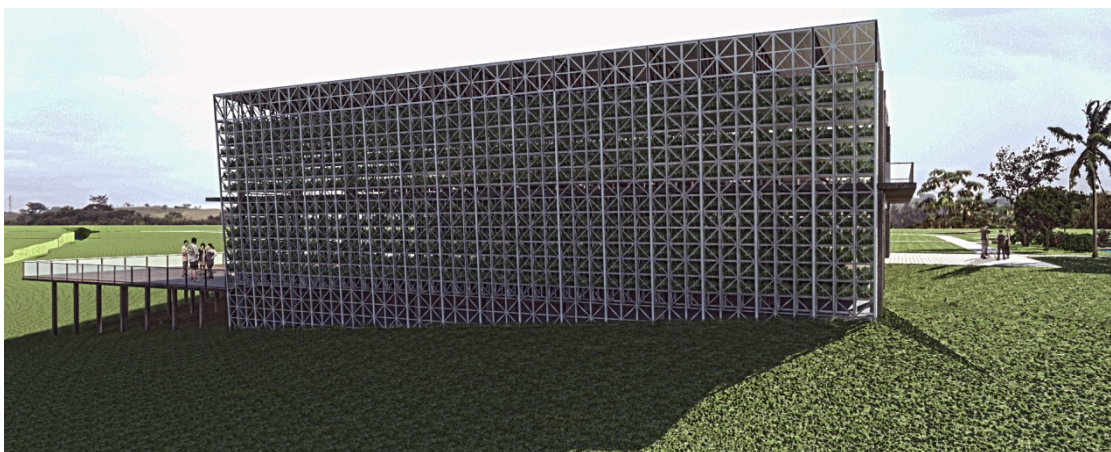


Figura 32 – Vista da face oeste do Pavilhão. Fonte: Editado pelo autor, 2015.



Figura 33 – Vista da face leste do Pavilhão. Fonte: Editado pelo autor, 2015

EDIFÍCIO ANEXO

O Edifício Anexo foi pensado de modo a servir como suporte às atividades educacionais e recreativas a serem desenvolvidas no local. É constituído de duas paredes estruturais de concreto que suportam uma estrutura metálica que contém a cobertura, também metálica do tipo sanduíche. Os outros dois fechamentos são de uma caixilharia metálica formando uma grande área envidraçada, que proporcionam ventilação com aberturas do tipo basculante. O fechamento frontal, direcionado para o norte, projeta uma cunha proporcionando um grande beiral, que somado com chapas perfuradas tem a função de proteger da insolação direta do sol.



Figura 34 – Vista da fachada do Edifício Anexo. Fonte: Editado pelo autor, 2015.

Esse edifício é constituído pelo salão principal, que pode ser utilizada por diferentes atividades de acordo com as necessidades, ou seja, é multiuso, podendo abrigar cursos, reuniões e exposições e conjuntamente foi pensado sanitários e uma pequena copa. Também fazem parte da estrutura uma caixa d'água que serve para abastecer todo o conjunto e a casa do caseiro, que apesar de contíguo, tem acesso separado.



Figura 35 – Vista da fachada do Edifício Anexo, a partir do jardim em frente. Fonte: Editado pelo autor, 2015.



Figura 36 – Vista do Edifício Anexo, destacando a Casa do caseiro. Fonte: Editado pelo autor, 2015.

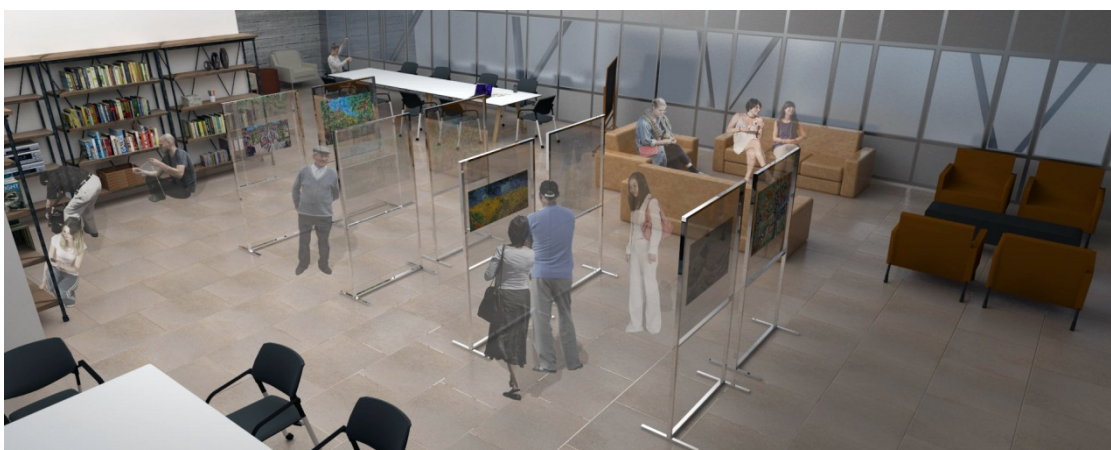


Figura 37 – Vista interna do Edifício Anexo. Fonte: Editado pelo autor, 2015.



Figura 38 – Vista interna do Edifício Anexo. Fonte: Editado pelo autor, 2015.

PASSEIO

O passeio proposta liga os diversos pontos do conjunto, favorecendo a acessibilidade a idosos e deficientes físicos. De traçado sinuoso, busca seguir o mesmo nível sempre que possível. Pequenos pontos de parada, com bancos de concreto, à sombra de árvores e pequenos jardins, fornecem referências da delimitação do passeio, além de servirem como pontos de descanso e contemplação da paisagem rural. O passeio serve também como caminho alternativo para a área dos túmulos, atravessando o rio em uma pequena passarela de estrutura metálica.

A OPÇÃO PELA NÃO INTERVENÇÃO NO CONJUNTO HISTÓRICO

A opção pela não intervenção nas estruturas antigas deve-se a falta de estudos técnicos mais detalhados, como as condições estruturais do edifício e a respeito do solo, que vem cedendo em alguns pontos.

Sobre a questão estrutural, podemos afirmar que trata-se de uma estrutura de madeira, em que os pontos de apoio da cobertura estão localizados juntos as paredes (ou fechamento), tratando-se portanto de uma parede estrutural. É uma construção antiga e tem resistido bem, levando se em conta a quase inexistência de manutenção, apenas a retirada de cupins e o travamento com

barras metálicas por ocasião de uma tempestade que levou a inclinação da estrutura. Esse fato, somado ao princípio da reversibilidade das intervenções em bens patrimoniais, deixa-nos em posição muito difícil para estruturar uma proposta de intervenção adequada.

O solo que se localiza a escola vem também cedendo, pois trata-se de um aterro antigo. Dessa forma é necessário um grande conhecimento técnico e o trabalho conjunto de profissionais de diversas especialidades para se encontrar uma solução viável de restauração, que não comprometa de vez o prédio histórico.

3.3 REFERÊNCIAS PROJETOAIS

CONJUNTO KKKK – REGISTRO – SP

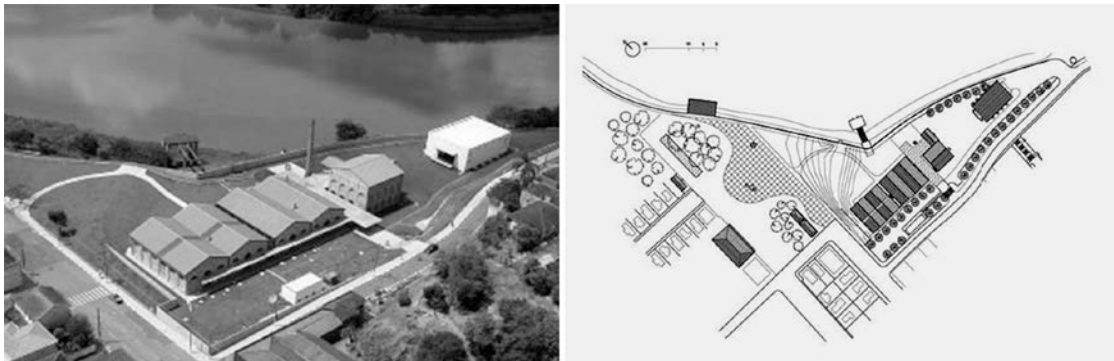


Figura 39 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, Vista aérea e planta do conjunto.

Fonte: Brasil Arquitetura.

Equipe: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz, Anderson Freitas, Carlos Ferrata, Carmem Ávilla, Cícero Cruz, Fabio Mosaner, Juliana Antunes, Paulo Alves, Pedro Barros. (Brasil Arquitetura)

Data de início do projeto: 1996

Data conclusão da obra: 1998 -2001

Programa:

Recuperação de edifício histórico e adaptação para museu da imigração japonesa, centro de convivência, salas multimídia, biblioteca, exposições, restaurantes, auditório.

Área: 2.900m²

Publicações:

“Conjuntos habitacionais revelam valorização do desenho urbano” Projeto, São Paulo, 2001, nº 251, pág. 119.

“O Conjunto KKKK” Architécti, Portugal, 2002, nº 59, pág. 76/83.

“Recuperados, armazéns transformam-se em centro de informação e cultura” Projeto, São Paulo, 2003, nº 265, pág. 40/46.

“Brasile: Nuova Architettura - Brasil Arquitetura - Centro Culturale KKKK Registro 2002”, Casabella, Itália, 2004, nº 723, Pág.48/53.



Figura 40 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, Intervenções em meio ao conjunto antigo.

Fonte: Arquivo Pessoal Emanuella Komatsu.

Iniciativa do Brasil Arquitetura, o projeto de recuperação do conjunto, bastante deteriorado depois de anos de abandono, contou com o apoio da prefeitura de Registro e do Governo do Estado de São Paulo. A prioridade do projeto foi a restauração e recuperação de um patrimônio histórico reconhecido por tombamento estadual, cujo remanescente físico é depositário da história do município e da origem de grande parte de sua população. Não somente as construções foram restauradas, mas ali também foi implantado um projeto de referência histórica, o Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira, museu que conta com significativo acervo de obras cedidas por artistas plásticos de origem japonesa radicados no Brasil, além de fotografias,

ferramentas, peças industriais e objetos doados pela população, reunidos para contar a história da imigração japonesa na região.



Figura 41 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, Panorama das antigas e da nova estrutura

Fonte: Acervo Pessoal, 2013.

O segundo aspecto importante é a articulação desse patrimônio revitalizado com sua paisagem histórica e ambiental, relacionando-o com a cidade de Registro e com o rio Ribeira de Iguape num projeto mais amplo, o Parque Beira-Rio. O objetivo é recuperar as margens do rio e controlar as enchentes, integrando o conjunto à cidade através do projeto de uma praça para o mercado, do desenho de eixos de comunicação e fluxo, ações que se somam para recuperar a relação histórica da cidade com seu rio.



Figura 42 – Maquete do conjunto do Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP.

Fonte: Acervo Pessoal, 2013



Figura 43 – Conjunto do Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP.

Fonte: Acervo Pessoal.



Figura 44 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP.

Fonte: Acervo Pessoal, 2013.



Figura 45 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, Vista aérea e planta do conjunto.

Fonte: Acervo Emanuella Komatsu.

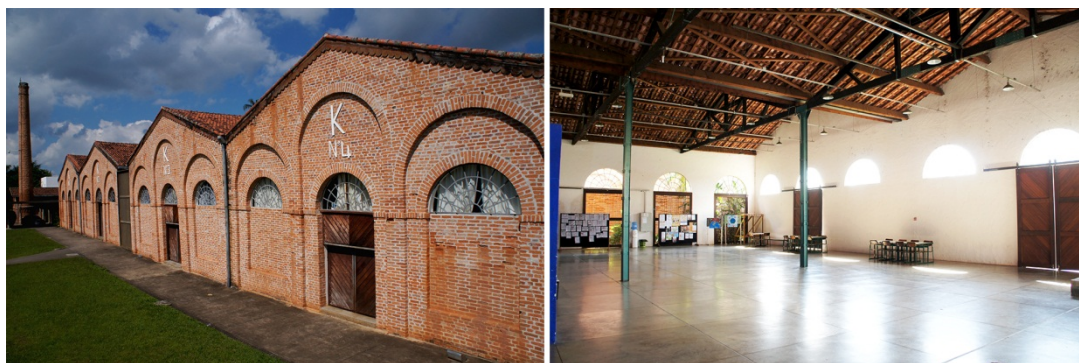


Figura 46 – Museu da Imigração Japonesa de Registro – SP, Vista aérea e planta do conjunto.

Fonte: Acervo Pessoal, 2013.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos – Complexo KKKK.

In: CALDEIRA, Vasco; FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo; SANTOS, Cecilia Rodrigues dos– Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz: Brasil Arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

(*) Ficha Técnica da Obra retirado do site:

<http://www.brasilarquitetura.com/>

MUSEU DO PÃO – ILÓPOLIS – RS

Equipe: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz, Anselmo Turazzi, Anne Dieterich, Cícero Ferraz Cruz, Luciana Dornellas, Fabiana Fernandes Paiva, João Grinspum Ferraz, Bruno Levy, Carol Silva Moreira, Gabriel Rodrigues Grinspum, Pedro Del Guerra, Victor Gurgel, Vinícius Spira. (Brasil Arquitetura)

Data de início do projeto: 2005

Data conclusão da obra: 2007

Programa:

Dois prédios novos abrigando o Museu do Pão e Escola de Confeiteiros; restauração e adequação do moinho antigo.

Área: área do terreno: 1011m², área construída: 330m² (construção nova), 200m² (restauro).

O Moinho Colognese data do começo do século passado e foi construído inteiramente em madeira (Araucária angustifolia) por uma família de imigrantes italianos do Vêneto. Após a morte do moleiro no final da década de 1990, o moinho foi abandonado. Em 2004 fundou-se num ato primário a

Associação dos Amigos dos Moinhos do Alto Taquari. Foi comprado o moinho e o seu terreno e iniciou-se o projeto do Moinho de Ilópolis com patrocínio da Nestlé Brasil. Ele foi então restaurado em convênio com o IILA (Instituto Ítalo Latino Americano), recuperando seus elementos e funções originais a fim de reincorporá-lo à vida cotidiana desta pequena cidade.



Figura 47 – Museu do Pão de Ilópolis – RS, Antigo Moinho restaurado e seu interior.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.



Figura 48 – Museu do Pão de Ilópolis – RS, (esq.) Estrutura nova(pequeno museu e escola de panificação) com o antigo moinho ao fundo. (dir) Nova estrutura.

Fonte: Acervo Pessoal, 2012.

Os dois volumes novos, abrindo o Museu do Pão e a Escola de Confeiteiros, proporcionam ao moinho um contexto atual e o afirmam como documento arquitetônico, técnico e cultural do passado. Serviu como serena referência o antigo moinho: sua arquitetura, seus materiais, sua maquinaria, a produção, a transformação.



Figura 49 – Museu do Pão de Ilópolis – RS, Maquete do conjunto(esq.) e vista de parte da nova estrutura(dir.).

Fonte: Acervo Pessoal, 2012.

Nesta união de tradição e invenção, a museografia nasce junto à arquitetura. As primeiras “peças” do museu: o velho Moinho Colognese que voltou a funcionar, o museu e a escola, “contaminados” pela presença física e simbólica da construção centenária. Tudo contribuirá como objeto expositivo: a estrutura dos edifícios, os fechamentos, o controle de luz, os passadiços, os materiais empregados, os suportes para exposição, as peças expostas (ferramentas da culinária, documentos, fotografias coletadas na região).



Figura 50 – Museu do Pão de Ilópolis – RS, Estrutura nova, museu e pequeno auditório(esq.) e escola de panificação (dir.). Fonte: Acervo Pessoal, 2012.

A partir desta primeira iniciativa, o projeto ganhou nova força visando a valorização da riqueza cultural e histórica da região e ampliando seu circuito:

Anta Gorda, Arvorezinha, Putinga e outras cidades vizinhas deverão ser “contagiadas” e juntamente formar o “Caminho dos Moinhos”.

(*) Ficha Técnica da Obra retirado do site:

<http://www.brasilarquitetura.com/>

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças de velhos. São Paulo. Edusp, 1987.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (org). Assimilação integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo: Vozes, EDUSP, 1973.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. 2. Ed, Florianópolis: Florianópolis, UFSC, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

HANDA, Tomoo; O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil, T.A.; Queiroz, São Paulo, 1987.

LYNCH, Kevin. De qué tiempo es este lugar? Para una nueva definición del ambiente. Tradução de Justo G. Beramendi. Barcelona, Gustavo Gili, 1975.

SEGAWA, Hugo; FANUCCI, F. P.; FERRAZ, M.C. O conjunto KKKK. São Paulo, Takano Editora, 2002.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, P., A., G.; HENRIQUE, G., R.; JÚNIOR, E., A., R.; MORAES, M., V., A. Mapeamento fotogramétrico com imagens panorâmicas verticais do Cemitério da Colônia Japonesa do Município de Álvares Machado - SP. Trabalho de Graduação do Curso de Engenharia Cartográfica. FCT-UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2013

BOITO, Camilo. Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 1884. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl ; apresentação Beatriz Mugayar Kühl ; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

CALDEIRA, C., R. T.; MIYOSHI, G., T.; VICTORINO, H., S.; ORTEGA, M., C. Elaboração de produtos cartográficos na escala 1:10.000 para a região do Cemitério da Colônia Japonesa do Município de Álvares Machado/SP. Trabalho de Graduação em Engenharia Cartográfica, FCT-UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos, Belo Horizontes, IEDS, São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. As cartas internacionais sobre o patrimônio. Campinas: UNICAMP, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro, 2009.

MIYASHITA, Ryotaro. Takkon. São Paulo: Editora Paulista, 1968.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória; tradução e apresentação: Maria Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia, Ateliê, 2008.

SANTOS, Valdery. Álvares Machado: história de sua fundação. Presidente Prudente, 2001

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado – SP, Presidente Prudente, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração; apres. e trad. Beatriz Mugayar Kühl; rev. Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia, Ateliê, 2007.

YAMAKI, Humberto. Lições de arquitetura: manuais e recomendações aos imigrantes japoneses nos anos 20-30. Londrina, Humanidades, 2008.